

Código Florestal

Ajustamento das propostas

INSPIRADO EM um decreto federal de 1934 e instituído pela Lei 4.771, em setembro de 1965, com 50 artigos, o Código Florestal trata da proteção legal de florestas e outras formas de vegetação em território brasileiro, bem como os critérios para retirada e exploração econômica da vegetação nativa. Considerada progressista, a legislação passou por várias transformações e tentativas de flexibilização ao longo de mais de quatro décadas.

Pela lei atual, o percentual da propriedade que deve ser destinado à Reserva Legal é de 80% para terras localizadas na região da Amazônia, 35% para áreas do Cerrado localizadas na Amazônia Legal e 20% para propriedades situadas em florestas e campos de outras regiões do País, como forma de preservar e reabilitar a biodiversidade originária. Já as áreas de preservação permanente são entendidas como necessárias para a preservação dos recursos hídricos.

Em 2008, foram estabelecidos os decretos federais 6.514 e 6.686, que dispõe so-

bre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração dessas infrações e dá outras providências. O texto estabelecia que o prazo para os produtores rurais averbarem as áreas de Reserva Legal de suas propriedades era de 22 de janeiro de 2009, depois estendido para 11 de dezembro.

Neste mês, houve prorrogação da data da averbação para 11 de junho de 2011. Quando entrar em vigor, o proprietário autuado pela fiscalização sem a totalidade da reserva terá prazo de 120 dias para formalizar uma proposta de recuperação da floresta até 2031, livre de multa.

As negociações prosseguem para ajustamento das propostas do MAPA e MMA, com a edição de instruções normativas e resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). As mudanças mais polêmicas dependem de decretos presidenciais ou medidas provisórias. ■

Ministério do Meio Ambiente (MMA)

1. Simplificação da averbação da Reserva Legal das propriedades – que passará a ser fiscalizada a partir de 11 de dezembro – com redução da burocracia. Para os agricultores familiares, o georreferenciamento será gratuito.

2. A consolidação de plantios de madeiras, videiras e cafezais em encostas e topos de morros e de arroz em regiões de várzea estará garantida, de acordo com a proposta da área ambiental. A concessão valerá para os pequenos e grandes produtores, no entanto não serão permitidos novos desmatamentos para ampliar as lavouras nessas áreas.

3. Utilização de APPs como Reserva Legal só valerá para a agricultura familiar ou propriedades com até 150 hectares. Já a permissão de manejo florestal na área da reserva legal também poderá ser feito pelos grandes proprietários, inclusive com exploração madeireira.

4. Criação de um sistema de cotas de Reserva Florestal. Quem não preservou a reserva na propriedade pode comprar áreas preservadas por outros produtores, desde que no mesmo bioma e na mesma bacia hidrográfica. A compensação em outras áreas é prevista pelo Código Florestal, mas até hoje não foi regulamentada. Cada cota corresponderá a 1 hectare de área preservada: o preço das cotas será definido entre compradores e vendedores, sem interferência do governo.

5. Criação do Programa Mais Ambiente, com garantia de mais tempo para regularização, assistência técnica e acesso a mudas e sementes para quem aderir à iniciativa.

De acordo com o MMA, o conjunto de propostas deve resolver pendências legais de 95% dos agricultores do País entre pequenos e médios produtores.

Proposta do Ministério da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento (MAPA)

1. Soma das margens de rios e de nascentes no cálculo da Reserva Legal obrigatória [que varia de 20% a 80% do tamanho da propriedade, dependendo do bioma em que se encontra];

2. Permissão do uso de várzeas, topos de morros e encostas em áreas já consolidadas por uma agricultura sustentável;

3. Possibilidade dos pequenos produtores que não estão à margem de rios e nascentes de fazer sua Reserva Legal de

forma mista, levando em conta a biodiversidade e o cultivo de árvores que pudessem ser exploradas economicamente, como o babaçu e o dendzeiro;

4. Permissão para que as maiores propriedades rurais possam fazer em outras áreas o reflorestamento da Reserva Legal obrigatória;

5. Anistia a produtores que procuram o governo para regularizar alguma situação relacionada ao Código Florestal, ocorrida no passado, sem ter o devido conhecimento de que estavam exercendo algo contrário à legislação.